



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

ESTRATÉGIAS EMANCIPATÓRIAS NA PRODUÇÃO DE JARDINS COMUNITÁRIOS URBANOS, CONTRADIÇÕES E REFLEXÕES

Leticia Costa de Oliveira Santos (Universidade Federal do ABC) - costa.leticia@ufabc.edu.br

Paisagista pela UFRJ e Arquiteta Urbanista pela UTFPR, Mestra em Tecnologia e Sociedade pela UTFPR. Doutoranda em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC

Vanessa Lucena Empinotti (Universidade Federal do ABC) - v.empinotti@ufabc.edu.br

Formada em Agronomia pela UFPR, Mestre em Ciência do Solo pela UFRGS, Doutora em Geografia pela University of Colorado - Boulder, EUA. Professora adjunta da UFABC

Estratégias emancipatórias na produção de jardins comunitários urbanos, contradições e reflexões

INTRODUÇÃO

Há um esforço íntimo e coletivo aplicado à criação e manutenção de jardins comunitários urbanos. Ele envolve o trabalho físico, o engajamento do corpo e de sensações e a experimentação da proximidade física e, a seu modo, do fortalecimento de uma prática de construir a cidade no cotidiano, aproximando as pessoas entre si e aproximando a construção da cidade das pessoas (MAURER, 2020). Os jardins comunitários são espaços abertos em áreas urbanas, de uso coletivo, e produto de esforços locais independentemente de haver incentivos ou intervenções governamentais ou segurança de posse da terra, onde se busca nutrir o senso de comunidade, atendendo a necessidades locais e gerando benefícios individuais e coletivos (FOSTER, 2013; ROGGE; THEESFELD, 2018).

Jardins comunitários transcendem a separação entre público e privado, pois compõem um domínio comum e abrigam funções convencionalmente compreendidas como parte da esfera privada (HONDAGNEU-SOTELO, 2017; MCCLINTOCK, 2014). Estes jardins podem ter uma finalidade em si mesmos ou compor um repertório de práticas de produção do espaço e da natureza urbana (KRASNY; TIDBALL, 2015; MCCLINTOCK, 2014; PITHOUSE, 2014; TORNAGHI, 2014). Areladas a estes jardins, há outras práticas, tidas ou não como radicais, tais como ocupação e intervenção urbana, ação coletiva para manejo ambiental, economia solidária, emancipação e resgate de identidades, desalienação do trabalho e empoderamento cidadão (KRASNY; TIDBALL, 2015; MCCLINTOCK, 2014; TORNAGHI, 2014).

Os jardins comunitários podem ou não assumir dimensões de grandes mobilizações sociais, mas, envolvem um diversificado volume de pessoas que atuam cotidianamente na produção dos espaços e naturezas urbanas. Elas propõem formas outras de produzir e se relacionar com a cidade, embora se indique o potencial da cooptação burocrática e da captura neoliberal. Seguindo autores como Nathan McClintock e Chiara Tornaghi, decidir se estas práticas são radicais ou não pode não contribuir tanto quanto o amadurecimento de um olhar crítico que ajude a entender os jardins comunitários e suas contradições e potencializar sua capacidade de intervir em realidades injustas. Neste sentido, cabe uma chave de leitura de relações e frentes de conflito que se constituem nos locais e no cotidiano.

Este artigo tem como objetivo refletir sobre as potencialidades emancipatórias e as contradições dos jardins comunitários, valendo-se da relação entre reprodução social e os novos movimentos sociais. Ele se inicia explorando a teoria da reprodução social, e seu papel estratégico nos novos debates sobre movimentos sociais, com destaque para as questões étnico-raciais e de gênero na cidade. Em seguida, apresenta uma discussão teórica sobre os jardins comunitários como práticas de (re)produção e contestação da natureza e da cidade, a partir de outros estudos. Por fim, são indicadas as contradições destas práticas para se refletir criticamente sobre as formas emergentes de pensar e (re)produzir a cidade, a natureza e as relações sociais.

O COTIDIANO E O INFORMAL NAS NOVAS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS

De acordo com Cinzia Arruzza (2015, p. 55) “[o] termo reprodução social, na tradição marxista, normalmente indica o processo de reprodução de uma sociedade em sua totalidade”, porém “[n]a tradição marxista feminista (...) significa algo mais preciso: a manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional”. A Teoria da Reprodução Social relaciona o trabalho produtivo - que gera bens e serviços - com o trabalho necessário (e subvalorizado) para a manutenção da vida humana individual e coletivamente, tais como preparo de alimentos, higiene, cuidado e geração de filhos (BHATTACHARYA, 2013; MAURER, 2020). Se refere, portanto, não apenas à geração biológica da vida, mas à reprodução da sociedade como um todo, das forças de trabalho e condições de produção e perpetuação, e das instituições (ARRUZZA, 2015, 2017).

A reprodução social facilita o entendimento de como as relações desiguais de raça, classe e gênero são reproduzidas, e considera como os esforços de manutenção da vida se mantêm independentemente das relações políticas e econômicas (MAURER, 2020). Com efeito, os esforços com a reprodução social são intensificados em um contexto de crescentes desinvestimentos em serviços públicos e respostas insuficientes para mudanças ambientais, que contribuem para a intensificação de precariedades tanto ecológicas quanto socioeconômicas (MAURER, 2020). Ainda que todas as pessoas sejam impactadas por esses desinvestimentos, estas precariedades são acentuadas em função de diferenças de classe, raça e gênero, isto é, reproduzindo as desigualdades baseadas em diferença (FEDERICI, 2019). A exploração das mulheres e a violência de gênero é ainda exacerbada por pressão da economia de mercado global que impacta tanto as relações sociais e familiares como a organização da produção e distribuição de bens, que, para Arruzza, são efeitos do “colonialismo, do imperialismo e da pilhagem de recursos naturais por parte dos países capitalistas avançados” (ARRUZZA, 2015, p. 47).

San Juan Jr. (2005, p. 94) afirma que o conceito de trabalho reprodutivo contempla uma “complexa dialética entre cultura, política, economia, e a mediação do privado e do público na vida cotidiana”. A perpetuação das desigualdades depende de um projeto que tem por intenção esta perpetuação, bem como da internalização destas desigualdades e, portanto de estruturas, tais como as de “educação, indústria cultural, Igreja, polícia, exército, sistema de saúde, ciência, discursos de gênero, hábitos de consumo, etc” (ARRUZZA, 2015, p. 53–54).

Neste sentido o capitalismo também depende da manutenção (produção e reprodução) da violência e do racismo, e a reprodução exerce um importante papel na perpetuação do pensamento racista (GOLDSTEIN, 2018). Alyosha Goldstein (2018) chama a atenção para a forma como o capitalismo contemporâneo tanto depende quanto busca reproduzir e atualizar o caráter descartável e as dinâmicas de propriedade sobre os povos originários e a terra, e a desvalorização do trabalho baseada em gênero e raça ao serviço de certas economias políticas, ordens biopolíticas e normas sociais. Silvia Federici (2019) afirma que o capital sempre vai depender de formas de trabalho desvalorizado e da livre apropriação do trabalho, que é naturalizado em corpos generificados e racializados, e dos recursos que serão compreendidos como externalidades do

mercado. Segundo a autora este trabalho, além de gerar os lucros que são expropriados, também funciona como meio de disciplinar, pacificar e dividir estes grupos (FEDERICI, 2019).

Na reprodução social é onde as desigualdades e a exploração em função de raça, classe e gênero se perpetuam, mas também é onde elas poderiam ser rompidas. Para Federici “é pelas atividades do dia a dia, através das quais produzimos nossa existência, que podemos desenvolver a nossa capacidade de cooperação, e não só resistir à nossa desumanização, mas aprender a reconstruir o mundo como um espaço de educação, criatividade e cuidado” (FEDERICI, 2019, p. 19). Ainda segundo ela, mulheres já fizeram esforços para coletivizar o trabalho reprodutivo para reduzir os custos econômicos e para se proteger mutuamente da pobreza e violência do Estado e dos homens (FEDERICI, 2012). O argumento de que mulheres tomam a frente na coletivização do trabalho reprodutivo e da habitação não busca naturalizar o trabalho doméstico como uma vocação feminina, mas a recusa a apagar as experiências, o conhecimento e as lutas coletivas que as mulheres acumularam em relação ao trabalho reprodutivo, cuja história é essencial para a resistência ao capitalismo. Para a autora, depois de repetidas fases de colonização a natureza e os costumes deixam de existir em qualquer parte do mundo, a não ser onde as pessoas lutaram para preservar ou as reinventaram (FEDERICI, 2012).

Há, portanto, dois sentidos em que o trabalho reprodutivo viabiliza a luta. Em primeiro lugar, a manutenção do trabalho reprodutivo e da produção de subsistência é o que sustenta a luta de trabalhadores e trabalhadoras, ao garantir condições mínimas para atuar em greves e protestos políticos e exigir melhores condições de trabalho (FEDERICI, 2019). Em segundo lugar, uma vez que o trabalho da reprodução social é um trabalho que continuamente deve ser feito, é também o campo de criatividade do cotidiano, onde práticas podem ser reavaliadas, novas possibilidades transformadoras podem ser imaginadas, praticadas e aprimoradas para atender a necessidades e responder a crises (MAURER, 2020).

Não se trata de enfatizar em demasia a importância da escala do local, do doméstico, do corpo ou do íntimo, mas identificar como estas escalas estão interconectadas com o regional, o nacional e o global, e como as relações de poder que se estabelecem nestas escalas maiores são significativamente produzidas e perpetuadas nas menores (ELMHIRST, 2011). Nesta chave, também pode-se pensar a cultura como mobilizadora da ação política, oferecendo chaves para interpretar, selecionar e reorganizar práticas em torno de objetivos e disputas materiais e simbólicas (ALONSO, 2009).

Neste sentido, segundo Ângela Alonso (2009), os movimentos sociais já na segunda metade do século XX são interpretados para além das associações profissionais e de classe entre seus integrantes, com destaque para as solidariedades étnicas, de gênero e de estilos de vida, em ações que se dão usualmente fora das instituições políticas. Para Euzenéia Carlos (2015, p. 84), movimentos sociais podem ser como “coletividades formadas por uma pluralidade de atores sociais, individuais e organizacionais ligados em modelos de interação, com base em identidades compartilhadas construídas mediante relações de conflito e cooperação”. O movimento social como um tipo específico de ação coletiva, faz parte da dinâmica das relações sociais, e combina os

elementos de conflito e tensões, identidade e redes informais (COELHO et al., 2010; TATAGIBA, 2011). Para Melucci (1996 apud TATAGIBA, 2011), um movimento social é uma abstração analítica, no real o que existe é um conjunto de organizações e indivíduos frouxamente ligados entre si e que se reconhecem, e são reconhecidos, como parte de algo que é maior do que cada um isoladamente. Eles não têm, necessariamente, formas de ação definidas a priori, e podem os elaborar e combinar diferentes padrões de ação coletiva (CARLOS, 2015).

Há um reiterado interesse no papel da cultura, a partir de diferentes abordagens. Elas podem enfatizar tanto seu aspecto cognitivo – e as bases culturais para a mobilização –, seu aspecto retórico – em que se privilegiam as narrativas dos ativistas –, seu aspecto performativo e de agências – em que a cultura é um repertório de práticas e relações de poder –, seu aspecto moral – em que as mobilizações são a atualização de significados socialmente compartilhados – e seu aspecto afetivo – observando emoções como construções coletivas de compreensão e expressão (ALONSO, 2009).

Estas lentes teóricas renovadas também dão atenção a agentes difusos, ou para a sociedade civil como *locus* da mudança e do conflito, e não mais estritamente para os movimentos como atores estratégicos (ALONSO, 2009). Além disto, pode-se tecer uma crítica às dicotomias entre *insider-outsider*, ou entre o lugar do movimento social e da política institucionalizada. Mais que a atenção à rotinização, burocratização ou cooptação como processos de enfraquecimento dos movimentos, cabe entender a complexificação dos movimentos, a diversificação ou mudança de objetivos, e a formalização de estratégias de ação em conjunção ou não com estratégias disruptivas de ação direta (CARLOS, 2015).

Para Andrea Cornwall (2002, p. 2), a participação não necessariamente pressupõe a existência prévia de comunidades estabelecidas, mas pode ser o meio pelo qual as comunidades se formam e fortalecem. Ainda para esta autora, é preciso observar as instâncias de participação como práticas situadas, localizando os espaços de participação onde eles se dão, enquadrando suas possibilidades em relação às reais particularidades políticas, sociais, culturais e históricas e não tanto a noções idealizadas de práticas democráticas (CORNWALL, 2002). Críticas feministas, particularmente, indicam as limitações das dicotomias entre espaços formais e informais de participação e a legitimação dos espaços públicos e conseqüente despolitização dos privados (MIRAFTAB, 2004). Faranak Miraftab (2004) destaca que grupos minoritários e ações coletivas de base disputarão os espaços “convidados” de participação, mas também vão criativamente gerar os espaços “inventados” para confrontar o status quo.

Particularmente no sul global os desprovidos periféricos confrontam regimes nacionais de cidadania desigual, constroem cotidianamente suas habitações – em termos edificações e de cidade – e reivindicam a cidadania urbana, o direito a habitar a cidade e mesmo o direito a ter direitos, que passa a constituir a própria agenda da cidadania (HOLSTON, 2009). Esta cidadania urbana não se performa apenas em espaços formais e institucionalizados, mas nas práticas e espaços cotidianos destes que são excluídos (MIRAFTAB; WILLS, 2005) e se valida pela própria prática cotidiana e autônoma de construir a cidade (HOLSTON, 2009).

Em abordagens que são influenciadas por lentes feministas e queer, os ativismos urbanos opõem-se às agendas políticas normativas e formulam novas solidariedades e coalizões políticas (HEYNEN, 2018). São formas de combater a produção desigual da natureza urbana, atreladas às agendas antirracistas, feministas, e que se manifestam em arranjos alternativos entre humanos e não-humanos em movimentos tais como de não-violência, e de jardins comunitários, que desafiam modalidades neoliberais de se relacionar entre si e com os outros (DOSHI, 2017).

No entanto, ainda que sejam consideradas “a diversidade das configurações sociais e as possibilidades de invenção criativa” que fogem à dualidade entre cooperação e cooptação, e contestação e autonomia (CARLOS, 2015, p. 93), é preciso atentar aos contextos políticos em que prevalecem a falta de confiança e a manipulação, e tendências paternalistas e autoritárias que reforçam desequilíbrios de poder nas arenas de participação (CORNWALL; COELHO, 2006).

(RE)PRODUÇÃO E CONTESTAÇÃO DA CIDADE E DA NATUREZA URBANA NOS JARDINS COMUNITÁRIOS

A relação entre a produção do espaço e a reprodução social foi explorada por alguns autores. De uma perspectiva Lefebvriana o espaço não é algo que existe em si mesmo, como um receptáculo da sociedade, mas como algo dinâmico que é produzido pela ação social e pelas interações ao longo do tempo (BUSER, 2012). Para Jonas e Ward (2007) o conceito de reprodução social captura de forma abrangente mudanças nas esferas de trabalho e doméstica, destacando as relações entre espaços de trabalho e espaços vividos e o papel das políticas urbanas na distribuição dos frutos do trabalho na sociedade e no espaço. Para Chiara Tornaghi (2017), o urbanismo como o conhecemos é uma junção da industrialização com o capitalismo, o que “se promoveu e progressivamente se consolidou pelo controle da terra e água, provisão de moradia e condições de trabalho, e desconexão da produção de alimentos – como um componente fundamental da reprodução social – do cotidiano humano” (TORNAGHI, 2017, p. 14).

Para Efrat Eizenberg o fazer-comum nos jardins comunitários se refere tanto à contestação para melhor distribuição do desenvolvimento urbano, em especial para os cidadãos menos privilegiados, quanto pela reivindicação política que desafia formas sociais hegemônicas e busca formas alternativas de justiça (EIZENBERG, 2012). Criar ou preservar estes “comuns” implica na continuidade e no fomento a práticas sociais relacionadas ao espaço e à natureza, que demandam a confrontação de divisões forçadas de raça, gênero, idade e localização e o desenvolvimento de novas formas de reprodução (ENGEL-DI MAURO, 2018).

Jardins comunitários, são, muitas vezes irregulares, espontâneos, iniciados por cidadãos organizados ou não e sem apoio e mesmo com resistência do poder público e de outros atores (HORST; MCCLINTOCK; HOEY, 2017; KRASNY; TIDBALL, 2015). Os grupos que se envolvem com os jardins comunitários são variados. Há os que ocupam movidos pela urgência da sobrevivência ao despejo ou outras ameaças (COSTA, 2017; PITHOUSE, 2014) e que podem, ou não, ser também mobilizados pela vontade de promover usos

criativos e contestatórios dos espaços da cidade, como parte de um amplo movimento social de enfrentamento de políticas de reforma urbana (ÁVILA SÁNCHEZ, 2019; COSTA, 2017; PITHOUSE, 2014; RENA; BERQUÓ; CHAGAS, 2013). Muitos se manifestam pela reivindicação pelo direito à cidade (MCCLINTOCK, 2014; PASSIDOMO, 2016) ou para promover a educação e empoderamento dos cidadãos, incentivando a participação na tomada de decisão sobre a produção da cidade (CUMBERS et al., 2018; CVEJIĆ et al., 2015).

A “jardinagem é, ao mesmo tempo, o ato de produzir ambientes e relações sociais” (MAURER, 2020, p. 2) o que pode se dar de formas transformativas ou não. Segundo Chiara Tornaghi, diversos pesquisadores indicaram como iniciativas de cultivo de alimentos – com ou sem finalidade comercial – dão conta de mesclar questões de ética ambiental, manejo da terra e benefícios socioeconômicos para garantir a disponibilidade de alimentos de qualidade. Para a autora, a partir destas práticas de cultivar jardins e hortas é possível refletir sobre a conexão entre justiça alimentar e justiça espacial/ambiental, o empoderamento de comunidades urbanas. Estas práticas têm a habilidade de “reconectar a esfera da reprodução com seu substrato ecológico e físico” (TORNAGHI, 2014, p. 564).

Com a ascensão de um regime alimentar e disponibilidade de alimentos “baratos” vindos de “lugar-nenhum” (FRIEDMAN, 1987 apud TORNAGHI, 2017), que de certo modo garantem a persistência de formas capitalistas de produção e da economia neoliberal (TORNAGHI, 2017), também são desprivilegiadas formas de viver na cidade. A “cultura cidadina” se constitui na rejeição a modos de “vida rural” ou “tradicional” num esforço de distanciar as pessoas das fontes de sustento, natureza e mesmo das relações entre seres humanos (CARIDAD CRUZ, 2016), e que vêm sendo substituídas por uma racionalização das estruturas sociais (ROBINSON, 2006). Há políticas de atores que tentam atribuir uma imagem de modernidade e progresso, especialmente nos países do sul global, em que, por exemplo, a agricultura urbana é rejeitada (HAMILTON et al., 2014).

A natureza, ao ser objetivada, “é convertida em uma instância externa, suscetível de ser instrumentalizada, manipulada segundo imperativos técnicos, e degradada (...) à categoria de ‘recurso’” (CAJIGAS-ROTUNDO, 2007, p. 174). Além disto, a apropriação da natureza por razões matemáticas e abstratas nega a sua materialidade (PORTO-GONÇALVES, 2017) e, conseqüentemente, nega a corporeidade das formas de vida a ela entrelaçadas. Decidir como as pessoas devem se relacionar com a natureza é, por conseqüência, decidir como as pessoas devem viver – uma vez que a natureza é central nestes modos de vida.

Em alguns casos, os jardins comunitários são remanescentes de práticas sob ameaça de expansão urbana e de apagamento de formas de viver na cidade (COSTA, 2017; PITHOUSE, 2014), ou mesmo da afirmação de um “direito de plantar” (COSTA, 2017). As pessoas também ocupam e recuperam terrenos, por vezes, locais centrais e valorizados que correm o risco de serem convertidos para outros usos indesejados (COSTA, 2017; PITHOUSE, 2014) e como resposta à perda paulatina de áreas verdes no meio urbano (ÁVILA SÁNCHEZ, 2019). Neste sentido, também são resposta à perda de qualidade ambiental e urbanística, e à falta de investimentos (CUMBERS et al., 2018; EIZENBERG, 2012; MAURER, 2020).

Os jardins comunitários pode ser associados ao resgate de relações entre cidades e seus entornos e de formas de associativismo rural, vínculos vicinais ou fortalecimento de práticas que nunca deixaram de existir - particularmente no Sul Global (ÁVILA SÁNCHEZ, 2019; CARIDAD CRUZ, 2016; COUTINHO; COSTA, 2011; FEDERICI, 2019; KRASNY; TIDBALL, 2015). Federici fala da persistência dos cultivos de subsistência promovidos por mulheres em cidades da África e da América: “mesmo depois de se tornarem urbanizadas, as mulheres continuaram a cultivar qualquer pedaço de terra a que tinham acesso, a fim de alimentar sua família e manter um certo grau de autonomia em relação ao mercado” (FEDERICI, 2019, p. 289).

Eles podem ainda possibilitar a formulação de futuros possíveis que contestam o urbano, sem emular o rural, renovando a cultura citadina e suas tendências à desagregação social, afastamento da natureza e da produção de alimentos (ÁVILA SÁNCHEZ, 2019; CARIDAD CRUZ, 2016; COUTINHO; COSTA, 2011; HONDAGNEU-SOTELO, 2017; MCCLINTOCK, 2014; MILBOURNE, 2012; TORNAGHI, 2017). Para Maura Coutinho e Heloísa Costa (2011) a agricultura urbana promove saberes locais e práticas como elementos formadores de identidade cultural. Particularmente é meio de inclusão dos “operários pobres” e “camponeses desterrados” que fazem da agricultura um modo de vida (COUTINHO; COSTA, 2011) e resgatam “hábitos e valores de solidariedade e pertencimento à natureza” (COUTINHO; COSTA, 2011, p. 86–87). As autoras destacam que neste processo se produzem valores e práticas que vão além da assimilação do que há de “urbano” e repetição do que há de “rural”, criando algo de novo – o que, inclusive, corre o risco de ser romantizado em demasia (COUTINHO; COSTA, 2011).

A forma moderna como se apresentam as cidades é resultado de padrões impostos de propriedade sobre a terra, sobre a natureza e sobre a vida quer por cercamentos, quer pela exploração do trabalho cativo, e que desprivilegiam mulheres e pessoas racializadas (FEDERICI, 2019; GOLDSTEIN, 2018). Sobre terras ou pessoas, a acumulação primitiva é a acumulação das diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que alienaram os trabalhadores entre si e de si mesmos (FEDERICI, 2004 apud EIDELMAN; SAFRANSKY, 2020).

Gênero, raça e classe também moldam a forma como se dão as práticas sociais se dão no espaço e definem quem tem acesso às infraestruturas diversas como de água, saneamento, mobilidade e, portanto, quem está sujeito à precariedade e à violência (GÓES, 2019; MAURER, 2020; MIRAFTAB, 2016). Cindi Katz (2004 apud MAURER, 2020) relaciona a produção socioespacial da cidade com a reprodução social, afirmando que a erosão dos ambientes urbanos provocada por políticas neoliberais que, por exemplo, suspendem fundos públicos para a manutenção de parques infantis, é experimentada mais acentuadamente por aqueles que carecem de meios privados para compensar – o que é um desinvestimento em reprodução social. Neste sentido, a reprodução social também ajuda a compreender o desequilíbrio de distribuição dos ônus e bônus da urbanização (ENGEL-DI MAURO, 2018). Há ainda a própria exposição de corpos no trabalho de manutenção dos processos da cidade, de processamento de resíduos, de abastecimento – corpos estes marcados por gênero, raça, classe – que se perpetua em um ciclo em que a desvalorização do trabalho desvaloriza os corpos e vice-versa (DOSHI, 2017).

Como resposta a estas realidades injustas, estudadas as redes de relações que se formam nos jardins, as redes reais e localizadas de apoio mútuo e mitigação da pobreza, proteção contra a violência, em especial contra mulheres e o combate ativo da discriminação racial, marginalização econômica e políticas de imigração injustas (COSTA, 2017; FEDERICI, 2019; HONDAGNEU-SOTELO, 2017; PITHOUSE, 2014). Indica-se a formação de uma “esfera doméstica alternativa” em que se privilegiam interesses coletivos sobre individuais e onde esforços de manutenção da vida são compartilhados (COSTA, 2017; ENGEL-DI MAURO, 2018; FEDERICI, 2019; HONDAGNEU-SOTELO, 2017).

Pierrette Hondagneu-Sotelo (2017), ao tratar das hortas comunitárias de imigrantes “Latinos” em Los Angeles, afirma que estão sendo recriadas as condições de “lar” nos jardins comunitários de imigrantes, porque se exercem ações da esfera reprodutiva e restaurativa em comunidade nestes espaços. A autora busca em sua pesquisa expandir os estudos de imigração para além de abordagens de assimilação e transnacionalismo que, segundo ela, pouco abordam a materialidade e a sociabilidade do “fazer-lugar” (*place-making*) dos imigrantes. A autora reforça que os jardins comunitários são espaços híbridos domésticos-públicos em que são resgatados aspectos da sociabilidade, da paisagem e das espécies vegetais, não necessariamente por nostalgia, mas como um suporte no presente e para projetá-los para futuros imaginados e desejados. Ela complementa a ideia de direito à cidade com o direito ao lar, isto é, o direito ao espaço doméstico para além da própria moradia (HONDAGNEU-SOTELO, 2017).

Formas de vida ancestrais e memórias também são resgatadas e articuladas às formas de resistência do presente, particularmente para minorias étnicas em meio urbano e periurbano, para quem jardins têm cargas simbólicas e curativas (COSTA, 2017; GHOSE; PETTYGROVE, 2018; KRASNY; TIDBALL, 2015; RAMÍREZ, 2015). Também se relacionam ao resgate de conhecimentos práticos e tradições (ÁVILA SÁNCHEZ, 2019; DOMENE; SAURÍ, 2007) ou ecologias vernaculares que envolvem arranjos de humanos e não-humanos que existem nas cidades, bem como suas especialidades, habilidades inatas e incorporadas, e as práticas cotidianas dos cidadãos (DOMENE; SAURÍ, 2007).

Em conflito, memória e ancestralidade são acessadas por estas práticas de cultivar os jardins. Desde 2017, movimentos sociais relacionados a alimentos estão crescendo nos EUA, por exemplo em demandas específicas dentro do Movement for Black Lives (HORST, 2018). Segundo Margareth Ramírez (2015), agricultores urbanos negros em projetos de justiça alimentar podem usar a terra como instrumento de liberação, pautando-se em práticas de resistência que se originam nas estratégias de sobrevivência nas plantations. Cabe atentar, que questões de raça, poder e privilégio também emergem nestes espaços comunitários de produção de alimentos: eles tanto reforçam desigualdades existentes quanto as desafiam dependendo de como esse espaço é desenvolvido. Ainda para esta autora, o legado do trabalho expropriado nas lavouras de certo modo emerge nas práticas de agricultura urbana, como gatilhos negativos ou como memórias empoderadoras, já que “geografias negras de alimentos nasceram sob a escravidão; afro-americanos vieram experiências de despossessão que são integradas com culturas e tecnologias de resistência” (RAMÍREZ, 2015, p. 759).

No Brasil, há o caso da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), presente na Zona Oeste da cidade que, como outros grupos, promove a resistência e a luta “pelo reconhecimento da agricultura na cidade do Rio de Janeiro, pelo acesso a políticas públicas de incentivo à agricultura familiar e contra a especulação imobiliária”, estudada por Maria da Graça Costa (2017, p. 9). As ativistas desta rede chamam a atenção para a aproximação entre os debates de direito à moradia e o direito a plantar, com particular destaque aos aspectos de ancestralidade e memória e identidade indígena e quilombola e a justiça social (COSTA, 2017). Pautam-se na agroecologia e cidadania agroecológica, como uma forma de dar outro significado à relação das pessoas com o território e reformular relações sociais e ligadas à educação, alimentação e trabalho, privilegiando interesses coletivos a individuais e de mercado (COSTA, 2017; MCCLINTOCK, 2014), resgatando outros valores e ideais de desenvolvimento. Nota-se a indissociabilidade da luta pela e na terra e a luta pela vida, como se verifica em trecho de entrevista da ativista Saney, uma das lideranças da Rede CAU (SOUZA, 2019, s.p.):

“Quando eu falo que sem o quintal e sem a terra seria tudo muito difícil, é neste sentido da produção da vida. A gente amplia [o conceito e a prática] da agroecologia. Não é só a questão de plantar e comer bem. Se ela [a agroecologia] não estiver entrelaçada com a luta antirracista, ela não tem sentido. Porque o mesmo solo que a gente está plantando é o mesmo solo que a mãe perde o filho. A gente tem que associar uma coisa com a outra. A gente olha pra terra preta e fica feliz, porque vai plantar e colher alimento bonito, saudável e sem veneno e vai compartilhar ou comercializar isso, mas no [mesmo] chão tem mães que estão se agachando, chorando porque o filho está lá ensanguentado, morto pelo Estado”.

Na pesquisa de Richard Pithouse (2014) as práticas de agricultura urbana são apresentadas como parte de um amplo repertório de ações do movimento Abahlali baseMjondolo, em Durban (África do Sul), que é orientado pela ideia de que o valor social da terra deve prevalecer sobre o seu valor comercial. O grupo sofreu com ataques por parte do Estado e com a própria desarticulação interna, mas não deixou de atuar em diversas frentes e foram capazes de evitar a expulsão das terras. O pesquisador entende que o grupo, ainda que tenha enfraquecido uma tendência neoliberal e os excessos do Estado em sua abordagem quanto à crise urbana, não conseguiu atingir reformas fundamentais tampouco retirar as pessoas da condição de miséria. Negociações tiveram que ser travadas com o governo municipal, reconhecendo a importância deste na garantia de acesso a serviços básicos, mas a experiência de fazer-comum trouxe novos argumentos para estas negociações. Para o pesquisador, o caso demonstra a potencial sinergia entre intervenções estatais progressivas e o fazer-comum, com suas bases materiais de formas de se fazer política no cotidiano e se auto-organizar. Quanto às hortas comunitárias, foram criadas por lideranças que constituíram um grupo feminino de hortelãs em que as práticas de solidariedade reforçam os laços entre os moradores e os empoderam diante de ameaças de expulsão da terra e facilitam o acesso a alimentos em períodos de escassez (PITHOUSE, 2014).

Há jardins que se originam de grupos organizados, mas há grupos que se formam em torno dos jardins. Eles são tidos como espaços de privilegiada convivência intercultural e intergeracional, criando oportunidades de troca entre

grupos distintos em torno de atividades em comum (ÁVILA SÁNCHEZ, 2019; EIZENBERG, 2012; ENGEL-DI MAURO, 2018; FEDERICI, 2019; KINGSLEY; FOENANDER; BAILEY, 2020; KRASNY; TIDBALL, 2015; MAURER, 2020; RAMÍREZ, 2015). São tidos como oportunidades de experiências de coletividade, pois podem ser organizados para favorecer a prática de negociação entre diferentes atores (CUMBERS et al., 2018; PITHOUSE, 2014) de experiência da auto-organização (COSTA, 2017; PITHOUSE, 2014), e gestão coletiva da terra (ÁVILA SÁNCHEZ, 2019; CVEJÍC et al., 2015), e de mobilização e ação coletiva (KRASNY; TIDBALL, 2015; PITHOUSE, 2014).

Eles podem constituir formas de recuperar o controle sobre os meios de reprodução (TORNAGHI, 2017), de ir além de uma solidariedade abstrata para uma solidariedade concreta em redes reais e localizadas, de intervir na produção do espaço urbano e mesmo de desafiar sistemas de propriedade (ENGEL-DI MAURO, 2018). Em diferentes contextos locais, têm reforçado ou reconstituído o tecido social, com fortalecimento de laços comunitários, reinserção social e de trabalho e associativismo (ÁVILA SÁNCHEZ, 2019; CARIDAD CRUZ, 2016; FOSTER, 2013; HOUESSO et al., 2019; MCCLINTOCK, 2014). São, no entanto, diversas as contradições presentes nos grupos e nas práticas de produzir os jardins comunitários.

REFLEXÕES A PARTIR DAS CONTRADIÇÕES NOS JARDINS COMUNITÁRIOS

Para Rina Ghose e Margaret Pettygrove (2018), em Milwaukee (EUA) os jardins comunitários reforçam e contestam simultaneamente uma agenda de desenvolvimento econômico capitalista e de supremacia branca. A agricultura urbana e o sistema local de produção de alimentos são parte dos esforços de grupos marginalizados de assegurar controle político ao forçar este sistema a atender às necessidades locais, e controlar a produção do espaço (GHOSE; PETTYGROVE, 2018). Elas ponderam que há esforços de apropriação destes discursos para uma agenda neoliberalizante, mas também há um caminho inverso, em que algumas organizações (de agricultura urbana) lideradas por pessoas negras usam a ideia de revitalização – que é central na agenda de desenvolvimento econômico da cidade – para valorizar jardins que têm poder simbólico e propriedades curativas diante da morte violenta de moradores (GHOSE; PETTYGROVE, 2018). Jardins e hortas comunitárias que emergem em terras vazias e desvalorizadas multiplicam seu valor de uso como espaço de produção e de interação social e excedem seu valor de troca no mercado (MCCLINTOCK, 2014).

No entanto, jardins comunitários podem fortalecer comunidades, mas podem reforçar divisões. No caso de Elmwood, no Michigan (EUA), estudado por Maurer, a prática de cultivar jardins engloba tanto a reprodução de desigualdades baseadas em diferenças de raça e classe quanto o fomento a formas de criatividade individual e coletiva dentro destas estruturas e processos. Os jardineiros encontram formas significativas de aliviar a falta de investimentos sociais e ecológicos, embora as motivações de grupos distintos variem e se manifestem na própria aparência dos jardins. Os jardins dos bairros brancos, mais ricos, são moldados por motivações “ecológicas”, tendo aparência mais contestatária, enquanto os jardins dos bairros negros são movidos pela produção de alimento e melhoria da aparência do bairro e têm aspecto mais convencional.

Ambos os modelos de jardins são motivados por uma ética do cuidado, na crença de que seus lares, comunidades e ecossistemas podem ser melhorados como resposta a um colapso ambiental e socioeconômico, priorizando segurança alimentar, educação das crianças sobre a proteção do meio e formas de vida mais sustentáveis. No entanto, há uma diferenciação entre estes grupos, em termos de classe e etnia, que é ainda reforçada pela aparência dos jardins e pela localização geográfica (MAURER, 2020, p. 2).

É possível observar como as formas como sustentabilidade ecológica e relações sociais desiguais são co-constituídas nos esforços de produzir tipos particulares de ambientes urbanos, que serão atrelados a distintas preferências estéticas e discursos de justiça, sustentabilidade, entre outros (MAURER, 2020). Os significados culturais e práticas ligadas à natureza constituem identidades que legitimizam ou deslegitimizam formas de agir no mundo (GROVE, 2009). A reprodução social também ajuda a compreender a interconexão entre os modos de relação social e das formas de constituir ambientes e como eles surgem e se perpetuam e em resposta tanto aos modelos políticos e econômicos – e consequentes mudanças ambientais – quanto aos estudos de alternativas a estes modelos (MAURER, 2020). Atores sociais distintos aplicam em seus discursos diferentes perspectivas ambientais, e formulam ações coletivas na relação com estes recursos e outros atores. Neste sentido, eles podem tanto questionar a imposição de padrões técnicos de apropriação de território e recursos quanto contestar a própria distribuição de poder que atua sobre território e recursos (ACSELRAD, 2010).

As normas e valores que estabelecem quem pode acessar e quem não também determinam “tipos de natureza” adequadas para estes jardins. Podem ainda promover a regulação ou o controle sobre as práticas dos cidadãos no meio urbano, por vezes domesticados por planejadores em detrimento da diversidade e da criatividade individual e coletiva, e do reconhecimento (legitimação) dos jardins como são (DOMENE; SAURÍ, 2007; GHOSE; PETTYGROVE, 2018; RAMÍREZ, 2015; TORNAGHI, 2017). Essas práticas de enverdecimento urbano podem ser incorporadas no repertório urbano formal promover novas exclusões, aumentar o valor da terra, beneficiar de forma desigual os cidadãos que têm acesso privilegiado aos benefícios proporcionados por essas hortas. Nos jardins comunitários pode ocorrer a valorização da terra pela própria presença do verde e, potencialmente, a gentrificação e a despossessão (ÁVILA SÁNCHEZ, 2019; COOKE; LANDAU-WARD; RICKARDS, 2020; MCCLINTOCK, 2014). Pode mesmo ocorrer que a criação dos jardins seja o meio pelo qual se promove a expulsão de um determinado grupo - como quando ativistas brancos criam jardins em lotes abandonados estes espaços são reinscritos como “espaços brancos”, o que agrega valor à terra pela natureza de sua branquitude, promove a gentrificação e a atração de investimentos, e que exclui os corpos não-brancos (RAMÍREZ, 2015).

Também em função dos grupos atraídos para os jardins, estes ganham mais ou menos prestígio, o que é atravessado por preconceitos de raça, classe social e com relação a grupos como de idosos e desempregados (DOMENE; SAURÍ, 2007; MAURER, 2020; RAMÍREZ, 2015). Neste sentido, os jardins comunitários também são espaços onde se reproduzem violências, opressões e formas de injustiça e exclusão, tais como racismo, colonialismo de colono (*settler colonialism*) e classicismo (EIZENBERG, 2012; ENGEL-DI MAURO, 2018;

GHOSE; PETTYGROVE, 2018; HONDAGNEU-SOTELO, 2017; RAMÍREZ, 2015; TORNAGHI, 2012). Além disso, assim como no espaço doméstico, jardins comunitários podem não representar espaços seguros, pois podem ter lugar hierarquias de autoridade, opressão e mesmo violência (HONDAGNEU-SOTELO, 2017).

Há ainda um sub-reconhecimento do trabalho não pago, voluntário, de cuidado e mesmo dos recursos “gratuitos” da natureza, que são indispensáveis para a constituição da cidade (JONAS; WARD, 2007). Embora se mencione a coletivização do trabalho, a manutenção de jardins urbanos muitas vezes conta com o trabalho excedente de pessoas aposentadas ou desempregadas, que se voluntariam para suprir um trabalho de manutenção do espaço público que o Estado não dá mais conta (CUMBERS et al., 2018; DOMENE; SAURÍ, 2007; KOTSILA et al., 2020). Este esforço é duradouro e particularmente pesa (em termos de tempo e emprego de recursos) sobre grupos marginalizados, que já são responsáveis pelas tarefas de reprodução social (ENGEL-DI MAURO, 2018; FEDERICI, 2019). Para Federici (2019) há um desafio de coordenar diversas atividades de reprodução social, como a produção de alimentos e cuidados como a casa, e ainda as relações com outros organismos vivos e processos físicos (FEDERICI, 2019).

O trabalho da esfera doméstica e as práticas sociais reprodutivas podem se tornar capital cultural e ser apropriadas simbolicamente como “sustentáveis” de modo a possibilitar a rentabilidade e projetar a “marca da cidade” (*city-brand*) em escalas maiores (MCCLINTOCK, 2018). A eco-gentrificação não é uma contradição que emerge de dilemas de sustentabilidade urbana, mas é central para como o capitalismo racial (*racial capitalism*) opera a urbanização “verde” (MCCLINTOCK, 2018) que privilegia ações que promovem, por um lado, a acumulação e perpetuação de privilégios e, por outro lado, a despossessão e a culpabilização dos pobres (DOSHI, 2017). Com efeito, a concepção de “cidadania ativa” já foi incorporada a discursos conservadores para desresponsabilizar o Estado em relação às demandas dos cidadãos, transferindo a estes as obrigações de cuidar de funções do bem-estar social (CORNWALL; COELHO, 2006; MIRAFTAB; WILLS, 2005).

Estas práticas podem ainda ser agenciadas pelo urbanismo neoliberal, de modo que a própria cultura é “transformada em produto e apropriada pelo mercado” e “usada como uma arma política capaz de produzir consensos em torno do espetáculo urbano” (RENA; BERQUÓ; CHAGAS, 2013, p. 74). Além do abandono e da transferência de responsabilidade, esforços para criar “comuns urbanos” podem ser facilmente capitalizados, como o aumento do valor da terra dos arredores de um parque urbano, o que, por sua vez, reduz as chances de práticas de fazer-comum se estabelecerem (HARVEY, 2013). Harvey indica que os comuns seguem sendo coletivamente produzidos, no entanto, seguem também sendo enclausurados e apropriados pelo capital: “quanto melhores as qualidades de comum um grupo cria mais chances há de que ele seja invadido e apropriado pelos interesses privados de maximizar o lucro” (HARVEY, 2013). Para Smith (1996 apud ÁVILA SÁNCHEZ, 2019), as hortas urbanas em sua aparente intenção de ampliar espaços verdes na cidade, no fundo constituem um importante elemento de revalorização do solo para onde se atraem novos empreendimentos imobiliários para esta chamada “classe criativa”.

Finalmente, os resultados das práticas também são incertos no estabelecimento de alternativas políticas. Como acontece em outras ocupações e experiências de “autoconstrução”, os cidadãos se percebem mais do que usuários de espaços planejados e regulados por outros, mas como agentes de urbanização, promovendo o senso de habilitação para produzir a cidade e gerir infraestruturas urbanas (DOMENE; SAURÍ, 2007; TORNAGHI, 2017) e desafiar formas hegemônicas de técnicas e estéticas urbanas (EIZENBERG, 2012; TORNAGHI, 2017) e contestação de formas propriedade e de domesticação da natureza (COOKE; LANDAU-WARD; RICKARDS, 2020; ENGEL-DI MAURO, 2018; TORNAGHI, 2014). Discute-se como estas práticas de atrelam a outras escalas de luta e viabilizam mudanças estruturais, que vão além da sobrevivência para a transformação e a emancipação (MCCLINTOCK, 2014; PASSIDOMO, 2016; PITHOUSE, 2014).

Em algumas situações mesmo diante das inseguranças de posse, o direito de uso informal dos espaços é negociado da prática por longos períodos, particularmente em jardins ornamentais ou educativos (CVEJIC et al., 2015). No entanto, na maior parte dos casos as práticas são ameaçadas pela falta de propriedade ou de garantia de acesso à terra, particularmente nos casos de hortas para subsistência e geração de renda, e que afetam desproporcionalmente grupos marginalizados e mais dependentes destes meios (KORBÉOGO, 2018). Tanto em países pobres quanto em ricos o valor do solo, a disputa por recursos e o retorno relativamente baixo da produção agrícola são empecilhos para a manutenção das práticas, que ora são substituídas por outras atividades produtivas mais rentáveis, ora por áreas de habitação ou lazer (KORBÉOGO, 2018; OLSSON et al., 2016; PISO et al., 2019).

Se problematiza ainda como estas práticas podem ser incorporadas como formas de atenuar os problemas decorrentes da negação do acesso das pessoas a terra, aos alimentos e empregos sem interferir na proteção da propriedade e do acúmulo de capital, ou ainda socializando a degradação ambiental urbana (MCCLINTOCK, 2014; SAED, 2012). Novamente, há uma crítica sobre a celebração do investimento popular (auto-ajuda, empreendedorismo, voluntarismo, etc.) em subsistência, habitação informal e manutenção da qualidade urbana, por exemplo, que geralmente reforçam a precarização e a socialização da pobreza, de modo a isentar o Estado e o mercado de suas obrigações sociais (CUMBERS et al., 2018; MCCLINTOCK, 2014; PITHOUSE, 2014; SHCHEGLOVITOVA, 2020). Além disto, são formas de produção do espaço e da natureza urbana que podem priorizar a produtividade mesmo diante do potencial enfraquecimento comunitário ou do esgotamento das bases materiais, ou seja, que instrumentalizam discursos socioambientais sem um compromisso com estes valores (DOMENE; SAURÍ, 2007).

Também é comum que sejam apropriados os discursos de justiça socioambiental e alimentar para legitimar projetos neoliberais e agendas higienistas como forma de disciplinar e normatizar as ações das pessoas, privilegiando usos “aceitáveis” - entendendo que a criação de jardins pode ser uma forma altamente aceitável de ocupação de espaços se comparada a outras formas menos atraentes e mais duradouras (ENGEL-DI MAURO, 2018; GHOSE; PETTYGROVE, 2018). Este “suporte” do poder público justifica esforços de “educação” das pessoas sobre alimentação e urbanidade, reforçando tanto imaginários coloniais e de supremacia branca quanto a ideia de que se estes

bairros têm mais ou menos qualidade depende exclusivamente da ação dos próprios moradores (GHOSE; PETTYGROVE, 2018; SHCHEGLOVITOVA, 2020).

As mobilizações para a produção de jardins comunitários têm contradições e potencialidades, mas pode-se destacar a possibilidade de crítica e de superação que podem vir das próprias práticas. Tornaghi (2012, 2017) destaca que cabe observar dinâmicas de poder e mecanismos excludentes que habilitam ou limitam estes projetos reproduzindo ou desafiando formas de injustiça socioambiental, e indica que a agricultura urbana, enquanto um movimento, tem um potencial de resistência e alternativa real para o urbanismo neoliberal na medida em que pode se tornar mais reflexivo e crítico. Ela chama a atenção para a capacidade de desafiar a) a estética, as lógicas e os mecanismos de reprodução do espaço construído por formas criativas de produção centradas no alimento e no direito à cidade; b) a lógica de mercado de alimentos que é incapaz de garantir o acesso a todas as pessoas a comida com qualidade e quantidade adequadas e perpetua a miséria e dependência; c) a rigidez da divisão de trabalho entre rural e urbano, a categorização da pessoa urbana como mera consumidora e do espaço urbano como inadequado para a produção de alimento; d) o sistema de educação formal que não ensina habilidades básicas de sobrevivência e hábitos saudáveis; e) o gerenciamento neoliberal de serviços coletivos (como também são abastecimento de água e coleta de esgoto, por exemplo) que dificultam a tomada de controle e a gestão sustentável por parte das pessoas sobre estes que são importantes recursos de produção de alimento e reprodução social (TORNAGHI, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de reprodução social, é útil para refletir sobre os novos movimentos sociais. É também chave para se pensar a produção do espaço e da natureza, já que está relacionada tanto às formas “oficiais” quanto às informais e cotidianas desta produção. Destaca-se com isto que a cidade não é apenas resultado de mobilização das elites e fruto de grandes decisões políticas e econômicas, nem de mobilizações de larga escala. Ela também é produto de uma população que a molda e adapta no dia a dia como forma de atender às próprias necessidades, pelo esforço criativo e contestatório e/ou da urgência pela sobrevivência, expandindo o próprio entendimento de formas de mobilização social e repertório de ativismos.

Nestas chaves também podem ser pensadas as práticas de criação de jardins e hortas comunitárias urbanas estão inscritas nas intersecções de raça, classe e ambiente. Elas são práticas que seguem motivações diversas, inclusive no sentido de buscar empoderamento, melhorias, e suprir as carências que são também fruto de desigualdades e de formas predatórias de explorar a vida. Há aí uma possibilidade para as pessoas pensarem sobre como querem recriar a cidade e produzir a natureza na medida em que as (re)produzem.

Pesquisadores apontam as contradições e possibilidades de cooptação e deturpação das práticas, e mesmo da reprodução das desigualdades dentro dos jardins, e adição de novas camadas de exploração. Apesar disto, indica-se que existe um caminho a ser explorado, particularmente de um olhar crítico e reflexivo que seja capaz de, além de desbravar possibilidades de resistência,

promover algo que possa vir a superar a realidade. Em particular os jardins comunitários são práticas que podem privilegiar a própria mudança de foco de interpretações dicotômicas da realidade para a observação das dinâmicas presentes na reprodução do espaço e natureza nas cidades.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. The “Environmentalization” of Social Struggles – the environmental Justice Movement in Brazil. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 24, n. 68, p. 103–119, 2010. DOI: 10.1590/S0103-40142010000100010.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, [S. l.], n. 76, p. 49–86, 2009. DOI: 10.1590/S0102-64452009000100003.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Outubro*, [S. l.], v. 23, p. 26, 2015.

ARRUZZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. *Cadernos do Cemarx*, [S. l.], v. 10, p. 39–60, 2017.

ÁVILA SÁNCHEZ, Héctor. Agricultura urbana y periurbana: Reconfiguraciones territoriales y potencialidades en torno a los sistemas alimentarios urbanos. *Investigaciones Geográficas*, [S. l.], n. 98, p. 1–21, 2019. DOI: 10.14350/ig.59785.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? [S. l.], p. 15, 2013.

BUSER, Michael. The production of space in metropolitan regions: A Lefebvrian analysis of governance and spatial change. *Planning Theory*, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 279–298, 2012. DOI: 10.1177/1473095212439693.

CAJIGAS-ROTUNDO, Juan Camilo. La Biocolonialidad del Poder : Amazonía, biodiversidad y ecocapitalismo. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Encuentros1. ed. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 169–194.

CARIDAD CRUZ, María. Agricultura urbana en AL y el Caribe: Casos concretos desde la mirada del buen vivir. *Nueva Sociedad*, [S. l.], p. 1–20, 2016.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 30, n. 88, p. 83–98, 2015. DOI: 10.17666/308883-98/2015.

COELHO, Vera Schattan P.; FERRAZ, Alexandre; FANTI, Fabiola; RIBEIRO, Meire. Mobilização e participação: Um jogo de soma zero?: Um estudo sobre as dinâmicas de conselhos de saúde da cidade de São Paulo. *Novos Estudos CEBRAP*, [S. l.], n. 86, p. 121–139, 2010. DOI: 10.1590/s0101-33002010000100007.

COOKE, B.; LANDAU-WARD, A.; RICKARDS, L. Urban greening, property and more-than-human commoning. *Australian Geographer*, [S. l.], v. 51, n. 2, p. 169–188, 2020. DOI: 10.1080/00049182.2019.1655828.

CORNWALL, Andrea. Locating Citizen Participation. *IDS Bulletin*, [S. l.], v. 33, n. 2, p. i–x, 2002. DOI: 10.1111/j.1759-5436.2002.tb00016.x.

CORNWALL, Andrea; COELHO, Vera Schattan P. Spaces for Change? The Politics of Participation in New Democratic Arenas. In: CORNWALL, Andrea (org.). *Spaces for Change? The Politics of Participation in New Democratic Arenas*. London: Zed Books, 2006. p. 1–29.

COSTA, Maria da Graça. Agroecologia, (Eco)feminismos e “Bem-viver”: emergências descoloniais no movimento ambientalista brasileiro. *Anais Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress*, Florianópolis, p. 1–12, 2017.

COUTINHO, Maura Neves; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. *Revista Geografias*, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 81–97, 2011.

CUMBERS, Andrew; SHAW, Deirdre; CROSSAN, John; MCMASTER, Robert. The Work of Community Gardens: Reclaiming Place for Community in the City. *Work, Employment and Society*, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 133–149, 2018. DOI: 10.1177/0950017017695042.

CVEJIĆ, R.; ŽELEZNIKAR, Š.; NASTRAN, M.; REHBERGER, V.; PINTAR, M. Urban agriculture as a tool for facilitated urban greening of sites in transition: A case study. *Urbani Izziv*, [S. l.], v. 26, p. S84–S97, 2015. DOI: 10.5379/urbani-izziv-en-2015-26-supplement-006.

DOMENE, Elena; SAURÍ, David. Urbanization and class-produced natures: Vegetable gardens in the Barcelona Metropolitan Region. *Geoforum*, [S. l.], v. 38, n. 2, p. 287–298, 2007. DOI: 10.1016/j.geoforum.2006.03.004.

DOSHI, Sapana. Embodied urban political ecology: five propositions. *Area*, [S. l.], v. 49, n. 1, p. 125–128, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/area.12293>.

EIDELMAN, T. A.; SAFRANSKY, S. The urban commons: a keyword essay. *Urban Geography*, [S. l.], 2020. DOI: 10.1080/02723638.2020.1742466.

EIZENBERG, Efrat. Actually Existing Commons: Three Moments of Space of Community Gardens in New York City. *Antipode*, [S. l.], v. 44, n. 3, p. 764–782, 2012. DOI: 10.1111/j.1467-8330.2011.00892.x.

ELMHIRST, Rebecca. Introducing new feminist political ecologies. *Geoforum*, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 129–132, 2011. DOI: 10.1016/j.geoforum.2011.01.006.

ENGEL-DI MAURO, Salvatore. Urban community gardens, commons, and social reproduction: revisiting Silvia Federici’s Revolution at Point Zero. *Gender Place and Culture*, Abingdon, v. 25, n. 9, p. 1379–1390, 2018. DOI: 10.1080/0966369X.2018.1450731.

FEDERICI, Silvia. Feminism and the Politics of the Commons. In: BOLLIER, David; SILKEHELFRICH (org.). *The Wealth of the Commons: a world beyond market and state*. [s.l.] : The Heinrich Böll Foundation, 2012.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

FOSTER, Sheila R. Collective Action and the Urban Commons. NOTRE DAME LAW REVIEW, [S. l.], v. 87, p. 79, 2013.

GHOSE, Rina; PETTYGROVE, Margaret. Urban community gardens as new spaces of living. In: WARD, Kevin; JONAS, Andrew E. G.; MILLER, Byron; WILSON, David (org.). The Routledge Handbook on Spaces of Urban Politics. 1. ed. Abingdon, Oxon ; New York, NY : Routledge, 2018.: Routledge, 2018. p. 320–335. DOI: 10.4324/9781315712468-33.

GÓES, Juliana. Western modernity, urban spaces, and race: challenges to decolonial praxis in the African diaspora in the Americas, 2019.

GOHN, Maria Da Glória. Marcos Referenciais Teóricos que têm dado Suporte às Análises dos Movimentos Sociais e Ações Coletivas no Brasil – 1970-2018. Revista Brasileira de Sociologia - RBS, [S. l.], v. 6, n. 14, p. 5–33, 2018. DOI: 10.20336/rbs.430.

GOLDSTEIN, Alyosha. On the Reproduction of Race, Capitalism, and Settler Colonialism. In: BARRERA, Cristina; GUIHAMA, Jocelyn; ROY, Ananya (org.). Race and Capitalism: Global Territories, Transnational Histories. Los Angeles: Institute on Inequality and Democracy, UCLA Luskin, 2018.

GROVE, Kevin. Rethinking the nature of urban environmental politics: Security, subjectivity, and the non-human. Geoforum, Themed Issue: Globalising Failures. [S. l.], v. 40, n. 2, Themed Issue: Globalising Failures, p. 207–216, 2009. DOI: 10.1016/j.geoforum.2008.09.005.

HAMILTON, A. J.; BURRY, K.; MOK, H. F.; BARKER, S. F.; GROVE, J. R.; WILLIAMSON, V. G. Give peas a chance? Urban agriculture in developing countries. A review. Agronomy for Sustainable Development, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 45–73, 2014. DOI: 10.1007/s13593-013-0155-8.

HARVEY, David. Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution. 1st edition ed. London: Verso, 2013.

HEYNEN, Nik. Urban political ecology III: The feminist and queer century. Progress in Human Geography, [S. l.], v. 42, n. 3, p. 446–452, 2018. DOI: 10.1177/0309132517693336.

HOLSTON, James. Insurgent Citizenship in an Era of Global Urban Peripheries: Insurgent Citizenship in an Era of Global Urban Peripheries. City & Society, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 245–267, 2009. DOI: 10.1111/j.1548-744X.2009.01024.x.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette. At home in inner-city immigrant community gardens. Journal of Housing and the Built Environment, Dordrecht, v. 32, n. 1, p. 13–28, 2017. DOI: 10.1007/s10901-015-9491-0.

HORST, M.; MCCLINTOCK, N.; HOEY, L. The Intersection of Planning, Urban Agriculture, and Food Justice: A Review of the Literature. Journal of the American Planning Association, [S. l.], v. 83, n. 3, p. 277–295, 2017. DOI: 10.1080/01944363.2017.1322914.

HORST, Megan. Insurgencies and Revolutions: Reflections on John Friedmann's Contributions to Planning Theory and Practice. Planning Theory & Practice, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 10–12, 2018. DOI: 10.1080/14649357.2018.1416967.

JONAS, Andrew E. G.; WARD, Kevin. Introduction to a Debate on City-Regions: New Geographies of Governance, Democracy and Social Reproduction. *International Journal of Urban and Regional Research*, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 169–178, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2007.00711.x>.

KINGSLEY, J.; FOENANDER, E.; BAILEY, A. “It’s about community”: Exploring social capital in community gardens across Melbourne, Australia. *Urban Forestry and Urban Greening*, [S. l.], v. 49, p. 1–9, 2020. DOI: 10.1016/j.ufug.2020.126640.

KORBÉOGO, Gabin. Ordering urban agriculture: farmers, experts, the state and the collective management of resources in Ouagadougou, Burkina Faso. *Environment and Urbanization*, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 283–300, 2018. DOI: 10.1177/0956247817738201.

KOTSILA, Panagiota; HOERSCHELMANN, Kathrin; ANGUELOVSKI, Isabelle; SEKULOVA, Filka; LAZOVA, Yuliana. Clashing temporalities of care and support as key determinants of transformatory and justice potentials in urban gardens. *Cities*, Oxford, v. 106, p. 102865, 2020. DOI: 10.1016/j.cities.2020.102865.

KRASNY, Marianne E.; TIDBALL, Keith G. *Civic ecology: Adaptation and transformation from the ground up*. Cambridge: MIT Press, 2015. DOI: 10.1080/15575330.2017.1313530.

MAURER, Megan. Nourishing Environments, Caring Cities: Gardening and the Social Reproduction of the Urban Environment in Deindustrial Michigan. *City & Society*, Hoboken, v. 32, n. 3, p. 716–737, 2020. DOI: 10.1111/ciso.12347.

MCCLINTOCK, N. Urban agriculture, racial capitalism, and resistance in the settler-colonial city. *Geography Compass*, [S. l.], v. 12, n. 6, 2018. DOI: 10.1111/gec3.12373.

MCCLINTOCK, Nathan. Radical, reformist, and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture’s contradictions. *Local Environment*, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 147–171, 2014. DOI: 10.1080/13549839.2012.752797.

MIRAFTAB, Faranak. Invited and Invented Spaces of Participation: Neoliberal Citizenship and Feminists’ Expanded Notion of Politics. [S. l.], v. 1, p. 8, 2004.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 363–377, 2016.

MIRAFTAB, Faranak; WILLS, Shana. Insurgency and spaces of active citizenship: The story of Western Cape Anti-eviction Campaign in South Africa. *Journal of Planning Education and Research*, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 200–217, 2005. DOI: 10.1177/0739456X05282182.

OLSSON, E. Gunilla A.; KERSELAERS, Eva; KRISTENSEN, Lone Søderkvist; PRIMDAHL, Jørgen; ROGGE, Elke; WÄSTFELT, Anders. Peri-urban food production and its relation to urban resilience. *Sustainability (Switzerland)*, [S. l.], v. 8, n. 12, p. 1–21, 2016. DOI: 10.3390/su8121340.

PASSIDOMO, Catarina. Community gardening and governance over urban nature in New Orleans’s Lower Ninth Ward. *Urban Forestry and Urban Greening*, [S. l.], v. 19, p. 271–277, 2016. DOI: 10.1016/j.ufug.2016.01.001.

PISO, Zachary; GORALNIK, Lissy; LIBARKIN, Julie C.; LOPEZ, Maria Claudia. Types of urban agricultural stakeholders and their understandings of governance. *Ecology and Society*, [S. l.], v. 24, n. 2, p. art18, 2019. DOI: 10.5751/ES-10650-240218.

PITHOUSE, R. An Urban commons? Notes from South Africa. *Community Development Journal*, [S. l.], v. 49, n. suppl 1, p. i31–i43, 2014. DOI: 10.1093/cdj/bsu013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios – diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo De (org.). *Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 37–54.

RAMÍREZ, Margaret Marietta. The Elusive Inclusive: Black Food Geographies and Racialized Food Spaces. *Antipode*, [S. l.], v. 47, n. 3, p. 748–769, 2015. DOI: 10.1111/anti.12131.

RENA, Natacha; BERQUÓ, Paula; CHAGAS, Fernanda. Biopolíticas espaciais gentrificadoras e as resistências estéticas biopotentes. *Lugar Comum*, [S. l.], n. 41, p. 71–88, 2013.

ROBINSON, Jennifer. *Ordinary Cities: Between Modernity and Development*. London: Routledge, 2006.

ROGGE, N.; THEESFELD, I. Categorizing urban commons: Community gardens in the Rhine-Ruhr agglomeration, Germany. *International Journal of the Commons*, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 251–274, 2018. DOI: 10.18352/ijc.854.

SAN JUAN JR, E. From Race to Class Struggle: Re-Problematising Critical Race Theory. *Michigan Journal of Race and Law*, [S. l.], v. 11, p. 25, 2005.

SHCHEGLOVITOVA, Mariya. Valuing plants in devalued spaces: Caring for Baltimore's Street trees. *Environment and Planning E: Nature and Space*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 228–245, 2020. DOI: 10.1177/2514848619854375.

SOUZA, Carla. Coletiva Popular une e empodera mulheres pretas em Quintais do Bosque das Caboclas, em Campo Grande. *Racismo Ambiental* [portal de internet], [S. l.], 2019. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2019/11/21/coletiva-popular-une-e-empodera-mulheres-pretas-em-quintais-do-bosque-das-caboclas-em-campo-grande/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

TATAGIBA, Luciana Ferreira. A questão dos atores, seus repertórios de ação e implicações para o processo participativo. In: PIRES, R. (org.). *Diálogos para o Desenvolvimento*. Brasília. v. 7p. 171–186.

TORNAGHI, Chiara. Public space, urban agriculture and the grassroots creation of new commons: lessons and challenges for policy makers. In: VILJOEN, André; WISKERKE, Johannes S. C. (org.). *Sustainable food planning: evolving theory and practice*. The Netherlands: Wageningen Academic Publishers, 2012. p. 349–364. DOI: 10.3920/978-90-8686-187-3_29.

TORNAGHI, Chiara. Critical geography of urban agriculture. *Progress in Human Geography*, [S. l.], v. 38, n. 4, p. 551–567, 2014. DOI: 10.1177/0309132513512542.

TORNAGHI, Chiara. Urban Agriculture in the Food-Disabling City: (Re)defining Urban Food Justice, Reimagining a Politics of Empowerment. *Antipode*, [S. l.], v. 49, n. 3, p. 781–801, 2017. DOI: 10.1111/anti.12291.